



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 22 de março de 2012

| | |
|---|----|
| JORNAL DO COMMERCIO | |
| CAPA | 1 |
| CAPA | |
| JORNAL DO COMMERCIO | |
| CAPA | 2 |
| CAPA | |
| JORNAL DO COMMERCIO | |
| Projeto de Lei | 3 |
| POLITICA | |
| JORNAL DO COMMERCIO | |
| Frente & Perfil | 4 |
| OPINIÃO | |
| JORNAL DO COMMERCIO | |
| Follow-Up | 5 |
| ECONOMIA | |
| JORNAL DO COMMERCIO | |
| Indústria cobra agilidade para cargas | 6 |
| ECONOMIA | |
| JORNAL DO COMMERCIO | |
| Artigo | 7 |
| ECONOMIA | |
| JORNAL DO COMMERCIO | |
| Suframa destaca economia verde | 8 |
| ECONOMIA | |
| A CRITICA | |
| CORRERIA NO PLANALTO..... | 9 |
| OPINIÃO | |
| A CRITICA | |
| Ameaça das importações | 10 |
| OPINIÃO | |
| A CRITICA | |
| Fortalecimento da Indústria..... | 11 |
| ECONOMIA | |
| A CRITICA | |
| Medidas legislativas | 12 |
| ECONOMIA | |
| A CRITICA | |
| O exemplo de floresta preservada na região | 13 |
| SUSTENTABILIDADE | |
| AMAZONAS EM TEMPO | |
| Aprovação beneficia polo naval | 14 |
| ECONOMIA | |
| AMAZONAS EM TEMPO | |
| TAPA-BURACOS | 15 |
| ECONOMIA | |
| DIÁRIO DO AMAZONAS | |
| Deputados estaduais aprovam pacote de propostas do governo que alteram política de incentivos fiscais | 16 |
| POLITICA | |
| MASKATE | |
| NOTA Á SOCIEDADE | 17 |
| CAPA | |

CAPA

 Encontro

Técnica da Suframa destaca importância da economia verde

A coordenadora geral de Estudos Econômicos e Empresariais da Suframa, Ana Maria Souza, destacou a importância da implantação dos conceitos da economia verde no Amazonas durante o 1º ECSA (Encontro de Comunicação Socioambiental do Amazonas), ocorrido na manhã de ontem.

CAPA

Setor industrial cobra agilidade nos serviços do Eduardo Gomes

O segmento da indústria no Amazonas cobrou mais agilidade na fiscalização e liberação de cargas das autoridades aeroportuárias. O processo considerado moroso, na avaliação do setor, exige soluções que vão da contratação de mão de obra às inovações tecnológicas. Os gargalos foram reforçados pelo diretor executivo da Fieam, Flávio Dutra, durante audiência pública realizada, ontem, na sede da Assembleia Legislativa para discutir as obras de reforma do Aeroporto Eduardo Gomes.

Projeto de Lei

ALE aprova política de incentivos

A ALE-AM (Assembleia Legislativa do Amazonas) aprovou, ontem, o PL (Projeto de Lei) 24/2012, que regulamenta a Política Fiscal de Incentivos Fiscais e Extra-fiscais do Estado do Amazonas. O PL modifica o dispositivo da Lei 2.826/2003 de Incentivos Fiscais do Estado do Amazonas a Indústria. O relator da matéria e também presidente da COFP (Comissão de Finanças Públicas), de-

putado Adjuto Afonso (PP), apresentou uma emenda ao PL que beneficia o polo naval e a compra da merenda escolar.

Ao polo naval, a emenda prevê a redução do ICMS para importação de matéria prima para embarcações e balsas, além de equipamento de segurança do setor. Além disso, acrescenta incentivo para que as prefeituras municipais comprem a merenda escolar direto

dos produtores com isenção dos ICMS.

“O texto modifica a legislação de incentivos fiscais, garantindo o desenvolvimento sustentável do Estado, incentivando, ainda, o polo naval e a merenda escolar regionalizada. A proposta é seguir a mesma política praticada pelo governador Omar Aziz, que é gerar emprego e renda no Estado”, declarou o parlamentar.

Frente & Perfil

ELOGIO

Em nota distribuída ontem, o superintendente Thomaz Nogueira elogiou o “elevado espírito público do governador Omar Aziz”, que possibilitou agilizar a recuperação das vias do Distrito Industrial. Agora, a autarquia vai buscar meio jurídico para permitir à Suframa contribuir na manutenção e revitalização.

Follow-Up



EMPRESARIAL

Lentidão para abrir empresas

A 128ª edição do programa "Encontro com Notáveis" ocorrerá hoje no Studio 5, às 18:30 h. Realizado mensalmente pelo CIEAM, através do CETRIN (Centro de Treinamento da Indústria), sob a coordenação da psicóloga Ana da Luz Monteiro, o programa visa contribuir para o enriquecimento do capital humano – o mais valioso fator de produção na Era do Conhecimento – da ZFM. Ao longo de 12 anos, o programa "Encontro com Notáveis" já foi assistido por uma audiência acumulada superior a 75 mil pessoas, o que revela o seu grau de sucesso na comunidade manauara.

O notável Marcello Árias, palestrante de hoje, abordará o tema: "É preciso mudar seu cérebro para atingir suas metas pessoais? Invista no aumento de sua auto-motivação". Cada vez há mais exemplos de grandes empresas que auferem milhões em lucros ao adotar modelos inovadores de gestão. Ambientes de trabalho agradáveis e estimulantes não são uma tendência, mas uma necessidade. Ambientes diferenciados em geral proporcionam prazer a quem trabalha, e pessoas que trabalham com satisfa-

ção produzem mais, têm mais dedicação e maior comprometimento. A palestra de hoje tem o seguinte conteúdo:

- Você compreende a relação de seu cérebro com seu comportamento e sua motivação?

- Cérebro, emoções e comportamento humano;

- É possível mudar o cérebro para comunicar-se melhor e assim atingir suas metas com mais facilidade?

- Comunicação genuína, inter e intrapessoal;

- Como podemos alterar nosso cérebro para melhor?

- Cuidando de nossos talentos e nossos valores;

- Você sabe que os seus talentos e os seus valores moram dentro do seu cérebro? Como usá-los mais eficazmente?

Marcello Árias é psicobiólogo, filósofo e coach com formação ontológica. É especialista em Fisiologia (Unifesp), Mestre em Farmacologia (Unifesp), Doutor em Psicobiologia (Unifesp), professor universitário com experiência de docência. Ministrou mais de 600 palestras, workshops e cursos de pós-graduação pelo país. Árias é autor de diversos livros e artigos científicos,

proferiu palestras nos maiores congressos nacionais sobre desenvolvimentos humano nas organizações e é sócio-diretor da empresa Appana Coaching – Desenvolvimento Humano e Psicofisiologia Aplicada.

Os apoiadores-parceiros do programa são: Dumont, Salcomp, Technos, 3M, Jabil, Technicolor, Cookson Electronics.

Marcello Árias é psicobiólogo, filósofo e coach com formação ontológica

Continental, Masa-Flextronics, Electrolux, Tutiplast, Fujifilm, Microservice, Nokia, P&G, Yamaha, Whirlpool, Honda, Showa do Brasil, Digiboard, Impram, Coca-Cola, Minds, Coimpa, BIC, Dental Plan, Johnson, Siemens, GK&B, Scórpis, Seculus, Nasau, Qualitech, Videolar, Copag, Bemol, Fôcus, Fieam, Senai, CDL, Fucapi, Sebrae, Samel,

Unimed, Voith, Aliança Navegação, Adukargo, Magistral, Restaurante Fiorentina, Real Bebidas e Comfort Hotel.

Se sua empresa desejar apoiar o programa, uma das formas de fazê-lo é por meio da aquisição de ingressos para que seus colaboradores participem das palestras. O valor do investimento é R\$ 60,00 por ingresso e as inscrições podem ser feitas através dos tels. 3584-4107 e 3584-4113, ou do e-mail: cetrin@cieam.com.br.

A onda digital atinge a 'Britannica'

A avassaladora onda de informação digital que a internet trouxe para a sociedade do conhecimento atinge agora a Enciclopédia Britânica (Encyclopædia Britannica), a mais antiga do mundo em língua inglesa. Foi anunciado o término de sua edição em papel, 244 anos após seu primeiro exemplar ter sido publicado em Edimburgo, Escócia, em 1768.

A companhia que a edita hoje é sediada em Chicago (EUA) e deverá se concentrar na enciclopédia em versão digital e na elaboração de material para escolas, conforme foi noticiado no site do jornal The New York Times. Sua última edição foi a de 2010, um conjunto de 32 volumes pesando 129 quilos que inclui atualizações sobre o Aquecimento Global e o Projeto Genoma Humano. Em 1994, a Enciclopédia Britânica transformou-se na primeira do mundo a chegar à internet.

Atualmente, o acesso à sua edição digital, atualizada a cada 20 minutos, custa US\$ 70 anuais. As mudanças que ocorrem com inusitada velocidade nas áreas do conhecimento e da informação são fatos que mostram a obsolescência do atual sistema educacional. O grande desafio da Era do Conhecimento é o desenvolvimento de novas tecnologias para educar de forma eficaz o jovem do século XXI.

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é elaborada sob a coordenação do economista Ronaldo Bomfim. cieam@cieam.com.br e rbomfim@hotmail.com

Indústria cobra agilidade para cargas

Criação de um sistema de liberações eletrônicas para agilizar o processo é uma das alternativas sugeridas

Juliana Geraldo

O segmento da indústria no Amazonas cobrou mais agilidade na fiscalização e liberação de cargas das autoridades aeroportuárias. O processo considerado moroso, na avaliação do setor, exige soluções que vão da contratação de mão de obra às inovações tecnológicas. Os gargalos foram reforçados pelo diretor executivo da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Flávio Dutra, durante audiência pública realizada, ontem, na sede da ALE-AM (Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas) para discutir as obras de reforma do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes.

"Temos que melhorar a forma e a eficiência da atuação dessa fiscalização, temos que utilizar a tecnologia cada vez mais para melhorar os processos sem perder os controles", enfatizou.

Em entrevista anterior ao *Jornal do Commercio*, o presidente da Fetramaz (Federação das Empresas de Logística, Transporte e Agenciamento de Cargas da Amazônia), Irani Bertolini, já havia sugerido a criação de um sistema de liberações eletrônicas para agilizar o processo e compensar o déficit de inspetores alfandegários.

"Da mesma forma que a nota fiscal eletrônica, a automatização das liberações alfandegárias também ajudariam muito. Se a mercadoria não necessitar cair no 'sinal vermelho' para averiguações, ela já poderia vir com a liberação pronta, aliviando o excesso de carga em portos e no aeroporto", sugeriu, na ocasião.

O deputado estadual Sidney

Leite (DEM), que solicitou a audiência lembra que o Aeroporto Internacional Eduardo Gomes é o terceiro maior do país em movimento de carga. "Ele fica atrás apenas do aeroporto de Guarulhos e do Viracopos, de Campinas, e atende o principal modal da economia do Amazonas, o PIM. Já houve situações em que as cargas passaram mais de 15 dias para serem retiradas do aeroporto", disse.

O superintendente do Eduardo Gomes, Aldeci de Oliveira Lima, justificou que a Infraero não pode ser responsabilizada pelo gargalo logístico, uma vez que o entrave é administrativo.

Armazenagem

Quanto à estrutura física, ele garante que a ampliação da capacidade do terminal de cargas de 12 mil toneladas para 15 mil toneladas por mês, concluída em maio do ano passado, atende a demanda da indústria e permite espaço satisfatório para estocagem do produto, mesmo com eventuais demoras nas liberações.

Flávio Dutra concorda que não há necessidade de uma nova ampliação. "A capacidade atual é suficiente para atender a indústria", afirmou.

Segundo ele, o setor está apenas atento para não ser novamente surpreendido com nenhuma eventualidade como a crise ocorrida em 2010.

O superintendente do aeroporto explica que 2010 foi um ano atípico. "Tivemos a concentração da produção de áudio e vídeo para atender a Copa, com a qual esperávamos crescer 20% no máximo, mas fomos atingidos pela greve nos portos europeus e asiáticos, que fez com que houvesse uma mudança de modal de navio

para aeroporto e isso gerou acréscimo de mais de 200% de carga", lembrou.

No entanto ele garante que com a movimentação de aproximadamente 4,5 mil toneladas por mês, a capacidade atual é mais do que suficiente.

Obras para a Copa

Ainda durante a audiência, Aldeci de Oliveira manteve a perspectiva de conclusão das obras de ampliação e reforma do terminal de passageiros para dezembro de 2013, dentro do cronograma inicial e garantiu que cerca de 50% da ampliação deve ser finalizada até o final deste ano.

Ele afirmou ainda que, com

a reforma, orçada em R\$ 344 milhões, o aeroporto passa de 39 mil m² para 97 mil m² e terá capacidade de atender a população de Manaus até 2025.

Por dentro

COMÉRCIO

Hoje, é a vez da classe comercial discutir sobre a questão logística. A ACA (Associação Comercial do Amazonas) vai se reunir com representantes da alfândega portuária para discutir soluções para os entraves.

Dados

DETALHAMENTO

A obra de ampliação deve aumentar a capacidade de atendimento de passageiros de 6,4 milhões/ano para até 13,5 milhões/ano.

A área do terminal de passageiros passará de 39,48 mil metros quadrados (m²) para 166,8 mil m².

O estacionamento que hoje conta com 772 vagas passará a ter 2.670 vagas.

Serão dois níveis no prédio - Um de embarque e outro de desembarque, três escadas rolantes, 16 elevadores e 166 banheiros. As esteiras de bagagem passarão de quatro para onze.

Terminal de cargas - Segundo dados da Infraero, a reforma dos terminais de carga 1 e 2, e a construção de um pátio de 5,4 mil m² para caminhões além de uma plataforma de 72 metros interligando os terminais 1 e 3 foi concluída em 2011. O total investido foi de R\$ R\$ 21,7 milhões.

Artigo

A • R • T • I • G • O



Exportações e queda de projetos no PIM

* JOSE LAREDO

A estrutura operacional das empresas do PIM são direcionadas para escoar sua produção para o mercado interno brasileiro, que é um dos maiores do mundo, dada a força do real frente ao dólar e ao crescente poder aquisitivo da população, que por sua vez, tem visto aumentar sua renda real - acima da inflação - com os constantes aumentos do salário mínimo sempre superando a marca inflacionária, estimulando o acesso de novos consumidores das faixas de renda que antes não podiam comprar bens e serviços acima de seus respectivos poder aquisitivo.

Assim, com a demanda garantida, fica cada vez mais difícil as indústrias locais desviarem partes de suas produções para o mercado externo, dado o conforto das vendas ao mercado interno, que não demandam as dificuldades e exigências de uma exportação.

Para exportar as indústrias precisam ter volumes, qualidade, preços competitivos e entregas pontuais, comentados a seguir.

Volumes - depende da produtividade, aqui no PIM é baixa

em função dos custos de infraestrutura, carga de impostos sobre a folha de pagamento, impostos sobre o faturamento, assim, as indústrias ficam a dever nesse item.

Qualidade - a qualidade do produto para exportação sempre é mais apurada e mais so-

As indústrias precisam ter volumes, qualidade, preços competitivos e entregas pontuais

fisticada em relação ao que é despejado no mercado interno, para isso as empresas são obrigadas a contrair mais despesas no processo produtivo, o que as desestimula por causa da fatura do mercado interno. Assim, as indústrias locais que têm outras unidades operando em países mais preparados em infraestrutura, optam em exportar desses locais, pois assim, evitam custos adicionais que comprometem sua margem de lucro, caso optem pelas exportações a partir do PIM.

Preços competitivos - Formar

preços de venda competitivos no mercado externo significa baixar a margem de lucro unitária, por causa das incidências adicionais de custos que sempre ocorrem quando a indústria se volta para as exportações. Por outro lado, se a indústria aqui pode vender a prazo tirando proveito dos generosos juros que prevalecem no país, não tem porque ela desviar grande parte de sua linha para o mercado externo, onde não consegue mais do que 2 a 3% ao ano, comparados com os 40 a 60% que encontra no crediário do mercado interno.

Entregas pontuais - nesse particular, novamente a logística de portos, aeroportos, demoras de desembarques na alfândega, etc. contribuem para retardar os prazos de entregas, que são fatais na avaliação da seriedade internacional da empresa, portanto, esses fatores concorrem para a decisão das empresas em postergar as possibilidades de vir a exportar pelo PIM.

A tendência de déficit na balança comercial tende a se acentuar caso não se resolva os gargalos comentados acima.

A queda de novos projetos no PIM

Entendo que medidas urgen-

tes de marketing envolvendo os três poderes executivos - Federal, Estadual e Municipal - devam ser tomadas para agilizar o processo de captação de novos projetos industriais para o PIM, isso porque entre os anos de 2005/2011 houve uma redução média de -4,9% em projetos de implantação e de -2,27% nos de ampliação/diversificação nesse mesmo período, segundo dados das pautas do CAS.

Esse declínio se deve quatro principais motivos:

a) A falta de esforço de venda do modelo.

b) Novas opções de localização incentivadas de projetos estão aparecendo por todo o país, enquadradas ou não no se convencionou chamar de guerra fiscal, que de guerra não tem nada e sim, a força da predominância da economia sobre as ações dos gestores políticos, que já perceberam há muito tempo, que cada voto adicional está ligado à saúde financeira e ao bolso dos eleitores. Assim, esperar bandeira branca nessa "guerra" é o mesmo que pedir aos poli-

ticos que não se candidatem à reeleição.

c) As flexibilizações de políticas de incentivos fiscais que o governo federal tem feito, retirando da ZFM a exclusividade nas concessões de benefícios fiscais, abrindo frente para novos concorrentes do PIM, como foram as recentes medidas que abriram aos tablets os incentivos a qualquer local do país, as ZPEs que estão sendo aumentadas e ainda a convergência digital dos aparelhos eletroeletrônicos que inexoravelmente vão criar mais dor de cabeça para as indústrias locais, ou seja, o país está cada vez mais pontuado de novos polos de incentivos.

d) A invasão de produtos asiáticos com preços mais reduzidos e ampla oferta, cobrindo a concorrência dos nacionais e estendendo o prejuízo para o PIM, que tem que importar insumos com tecnologia estrangeira e depois montar o produto final, quando este se confronta com o produto pronto que vem de fora esbarra na perda de vantagens, levando o consumidor na direção dos importados.

* é economista, consultor industrial e professor titular da Ufam. laredo@controleconsult.com

Suframa destaca economia verde

Autarquia busca mecanismos para tornar mais limpos os processos produtivos dos 21 segmentos que já estão consolidados no PIM

A coordenadora geral de Estudos Econômicos e Empresariais da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), Ana Maria Souza, destacou a importância da implantação dos conceitos da economia verde no Amazonas durante o 1º ECSA (Encontro de Comunicação Socioambiental do Amazonas), ocorrido na manhã de ontem.

O evento reuniu especialistas na área ambiental, profissionais da mídia local e nacional e sociedade civil, para discutir os temas que estarão em debate na Conferência RIO+20, a ser realizada entre os dias 20 e 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro.

Ana Souza salientou a contribuição do PIM (Polo Industrial de Manaus) para a preservação de 98% da vegetação nativa do Amazonas, comprovada por pesquisas científicas. "É um modelo que seguiu uma evolução que se consolidou na absorção de matéria-prima que não depende da floresta, diferente de outros Estados, que encontraram suas fontes econômicas na pecuária, no extrativismo, entre outras atividades que geram grande impacto ambiental", observou.

A coordenadora, no en-

tanto, ressaltou a importância de buscar alternativas diante da atual conjuntura econômica. "A Zona Franca de Manaus é um modelo que preserva, gera emprego e tributos, mas vive um momento de quebra de paradigma porque a economia está mudando. Por isso, é necessário desenvolver outros segmentos, em uma política de médio e longo prazo, baseados na economia verde", afirmou.

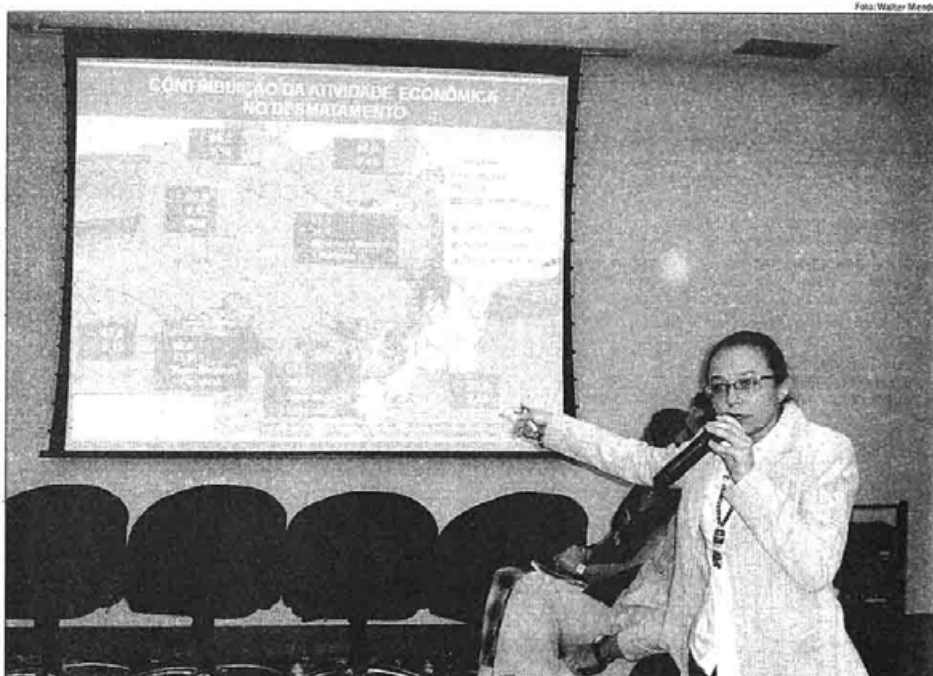
Para permear a discussão e propostas dentro da economia

98%

foi a manutenção da vegetação nativa do Amazonas, em decorrência do Polo Industrial de Manaus

verde, Ana Souza elencou três pilares. "O primeiro é como o Amazonas vai tratar os segmentos para a baixa emissão de carbono. Segundo, quais os segmentos dentro dessa atividade econômica que têm uso eficiente de recursos, e terceiro, como vamos erradicar a pobreza incluindo a sociedade dentro desse modelo", observou.

Diante dos desafios, Souza destacou a importância de avaliar como tornar mais verdes (limpos) os processos produtivos dos 21 segmentos



Coordenadora da Suframa, Ana Maria Souza, ressaltou a importância de buscar alternativas diante da atual conjuntura econômica

que já estão consolidados no PIM, além disso, trabalhar na conversão das pesquisas em tecnologia e, ainda, buscar novos segmentos baseados na sustentabilidade dos recursos, dentro da biotecnologia.

A apresentação de Ana Souza ocorreu durante o painel "Economia Verde e a Comunicação Socioambiental no Amazonas", que contou com a participação da secretária de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade,

Nádia Ferreira; o chefe do povo indígena Paiter Surui, de Rondônia, Almir Surui; o jornalista do Estado de São Paulo, Dener Giovanni; o jornalista da sucursal de Brasília da Folha de São Paulo, Cláudio Ângelo; o jornalista Gerson

Severo, do jornal A Crítica; o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Amazonas, Muni Lourenço; e a coordenadora do Movimento de Mulheres Ribeirinhas do Amazonas, Maria do Socorro Rodrigues.

CORRERIA NO PLANALTO

☰ O governo vem correndo da sala para a cozinha, na tentativa de conter internamente a sangria da indústria em função da entrada cada dia maior de produtos e de insumos importados no País. Era, aliás, de se esperar que a equipe econômica viesse a se mexer, como está fazendo, afinal o Produto Interno Bruto de 2,7% do ano passado caiu bastante em relação ao de 2010, com um detalhe preocupante: a indústria continua perdendo participação na composição desse índice econômico, em função, entre outras coisas, da valorização do real frente ao dólar, o que tem favorecido as importações em

detrimento da produção nacional. Diante dessa situação, duas recentes medidas, além de outras já tomadas, foram anunciadas esta semana pelo Planalto, as quais, sob a ótica da indústria e do comércio locais, contêm aspectos positivos e negativos. Portanto, precisam ser olhadas com a devida cautela. Referimo-nos ao aperto que a Receita Federal promoverá nos produtos importados e ao projeto em discussão no Congresso Nacional que visa substituir a atual legislação que dispõe sobre a concessão, pelos Estados, de incentivos fiscais de ICMS à importação, dando a ela outro formato, agora

com a alíquota unificada desse imposto. De acordo com o secretário-executivo do Fisco federal, Nelson Barbosa, o governo vem tratando essa questão como uma das queles de solução urgente. Devagar com o andar, pois, num país tão desigual no que tange ao desenvolvimento econômico e social, a prudência manda que se calibre bem as medidas, de modo que, pela dosagem, todos saiam satisfeitos. Empresários da indústria e do comércio amazonenses, por exemplo, concordam quanto à necessidade de se aumentar a fiscalização em relação aos importados, desde

que a operação a ser deflagrada pela RF não venha a causar mais embaraços ao processo de desembaraço aduaneiro. Isso porque, no nosso caso, esse tipo de serviço já padece com a falta de pessoal. Os empresários, contudo, torcem o nariz para o projeto de unificação do ICMS, sob o argumento de que isso retirará da Zona Franca de Manaus um de seus principais atrativos. No fim das contas, a equipe econômica vê-se enredada em velhos e crônicos problemas estruturais. Resolvê-los é necessário, mas essa não é uma empreitada fácil, o que justifica a correria no Planalto.

Ameaça das importações



A indústria brasileira não suporta mais a competição desleal com os importados. Segundo a CNI, de cada cinco produtos industriais comercializados no Brasil um é importado. Os dados apontam ainda que 915 mil empregos deixaram de ser criados no país somente na última década por conta dessa situação. Por aqui o efeito tem sido devastador. São mais de 5.000 demissões, desde janeiro, nas indústrias do Polo Industrial de Manaus, sobretudo nas fábricas que produzem motos e condicionadores split.

Os produtos importados chegam ao país, principalmente pelos portos de Santa Catarina, Espírito Santo e Goiás (porto seco), gozando de incentivos fiscais. Embora o governo federal tenha aumentado, por exemplo, o Imposto de Importação (II) e o Imposto de Produto Industrializado (IPI) para aparelhos de ar-condicionado, os

incentivos ilegais dados a eles são mais vantajosos.

Por isso, é de fundamental importância aprovar com urgência no Senado a proposta de Resolução 72, que impede aos estados conceder incentivos fiscais para produtos importados, o que na prática resultaria no fim da chamada “guerra dos portos”. Os estados de Goiás, Espírito Santo e Santa Catarina pressionam contra a aprovação da matéria, mas há condições de buscarmos o consenso por via da compensação. Isso o governo federal precisa deixar claro o mais rápido possível.

O projeto, que acaba com a guerra fiscal e impede as importações desenfreadas, contribui decisivamente para proteger a indústria nacional evitando um retrocesso nos avanços econômicos conquistados nas últimas décadas.

Fortalecimento da Indústria

Medidas aos olhos do AM

Empresários da indústria e do comércio estão preocupados com a disposição do Planalto em unificar alíquota do ICMS

CIMONE BARROS
cimone@critica.com.br

As unidades da Receita Federal no Amazonas estão trabalhando para cair em campo com a operação "Maré Vermelha", que visa aumentar a fiscalização de mercadorias de setores sensíveis ao aumento das importações com indícios de irregularidades, de acordo com a Alfândega do Porto de Manaus.

Essa é uma das medidas anunciadas esta semana pelo Governo Federal para conter a invasão de produtos e insumos importados no País, cujo impacto está sendo sentido pelo setor industrial. O governo também fala em unificação do ICMS em substituição aos incentivos que hoje os Estados concedem para importações. Sem falar nas intervenções feitas pela equipe econômica para conter a valorização do Real frente ao dólar.

Representantes do comércio e da indústria do Estado veem como positiva a operação "Maré Vermelha", desde que não aumente o tempo de liberação de mercadorias nos portos e aeroporto ou que sirva para o governo "colocar travas" que dificultem a importação.

Eles também mostraram-se favoráveis à desvalorização do Real, já que o dólar em baixa favorece a importação e a entrada de capital especulativo no País, afinal os produtos do Polo Industrial de Manaus (PIM) que mais sofrem com essa concorrência são os aparelhos de áudio e vídeo (DVD), celulares, motocicletas de baixa cilindrada e aparelhos de ar-condicionado.

Para o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Ma-

naus (CDL), Ralph Assayg, o que dará competitividade ao Brasil é, sobretudo, diminuir a carga tributária. Admite, entretanto, que as fiscalizações aos importados irregulares são bem vindas. "Espero que a operação não venha burocratizar ou colocar trava à importação, porque ela regula o mercado nacional quando é feita legalmente".

PREOCUPAÇÃO

Em relação ao projeto de unificação da alíquota do ICMS para produtos importados nas transações interestaduais, o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périgo, vê a proposta com preocupação. Em seu entendimento o Estado perderá vantagem tributária decorrente do atrativo fiscal do imposto. "O projeto prevê ainda a cobrança no Estado de destino e os nossos produtos são comercializados fora. Então, perderemos muito em receita e na continuidade de novos investimentos", disse Wilson Périgo.

Hoje, o ICMS incentivado para importados chega a 9%, enquanto sobre um produto nacional a alíquota atinge 18% (12% no estado de origem e mais 6% no destino). A proposta que está em comissões do Senado e prevê a redução gradativa da alíquota de 12% para 2%.

No entanto, o governo advoga pela alíquota única de 4%, vigorando ainda em 2012. E sinaliza com compensações para convencer os estados que perderiam receita. A ideia é acabar com os incentivos à importação oferecidos pelos Estados, como Goiás, Espírito Santo e Santa Catarina, e com a guerra fiscal.

Saiba mais

>> Descaminho

Em 211, foram apreendidas mercadorias de contrabando e descaminho equivalente a R\$ 3,5 milhões no Amazonas. A grande maioria refere-se a produtos como tênis, camisas, óculos e

bolsas (R\$ 1,5 milhão) e máquinas industriais e motores de barco (R\$ 1,2 milhão). Os demais produtos falsificados, contrabandeados e subfaturados são eletrônicos-material de informática, rádios, DVD player e videogame

(R\$ 320 mil), celulares (R\$ 220 mil), relógios (R\$ 100 mil), bijuterias (R\$ 3,2 mil). Há ainda um bloco formado por vários itens (bolas, cadeados, canetas, pentes, escovas, cimento) que juntos contabilizaram R\$ 240 mil.

Aprovado PL que altera incentivos

A Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam) aprovou, ontem, o Projeto de Lei (PL) 24/2012, que regulamenta a política fiscal de incentivos fiscais e extrasfiscais do Estado do Amazonas. O PL modifica o dispositivo da Lei 2.826/2003 de Incentivos Fiscais do Estado do Amazonas a Indústria. O relator da matéria e também presidente da Comissão de Finanças Públicas (COFP), deputado Adjuto Afonso (PP), apresentou uma emenda ao PL que beneficia o Polo Naval e a compra da Merenda Escolar.

Ao Polo Naval, a emenda prevê a redução do ICMS para importação de matéria prima para embarcações e balsas, além de equipamento de segurança do setor. Além disso, acrescenta incentivo para que as Prefeituras Municipais comprem a merenda escolar direto dos produtores com isenção dos ICMS.

"O texto modifica a legislação de incentivos fiscais, garantindo o desenvolvimento sustentável do Estado, incentivando, ainda, o polo naval e a merenda escolar regionalizada. A proposta é seguir a mesma política praticada pelo governador Omar Aziz, que é gerar emprego e renda no Estado", declarou o parlamentar.

Medidas legislativas

'Governo tem três prioridades'

Foi o que disse ontem o ministro Fernando Pimentel referindo-se as iniciativas do governo em defesa da economia nacional

BRASÍLIA (AE) - O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), Fernando Pimentel, disse ontem a deputados que o governo trabalha com três prioridades: defesa do mercado interno, desvalorização do dólar e recuperação da competitividade e produtividade da indústria. Um dos objetivos é encontrar um "equilíbrio delicado" para o câmbio, defendeu Pimentel durante café da manhã realizado na sede do ministério, com deputados da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC).

O encontro foi de cortesia, segundo o ministério, para que os novos integrantes da comissão conhecessem o ministro e trocassem impressões sobre medidas legislativas que preci-

Reclamações

No início deste ano, quando saíram os dados do IBGE sobre o PIB brasileiro de 2011 (2,7%), a equipe econômica do Governo Federal passou a dar mais atenção às reclamações do setor industrial, cuja produção tem caído no País.

sam sair do papel.

Uma das ideias apoiadas por congressistas e pelo ministro foi a realização de um seminário para debater os problemas que o setor de manufatura enfrenta atualmente. "Ele apoiou um fórum na Câmara, para discussão de vários temas. Preci-



Fernando Pimentel quer maior interação entre o MDIC e os parlamentares

samos interagir mais", afirmou Iânio Natal (PRP-BA).

MPES NO TURISMO

Os deputados defenderam a inclusão de micro e pequenas empresas e do setor de turismo no projeto de desoneração da contribuição patronal sobre a folha de pagamento. Pimentel, segundo relato dos participantes, não se comprometeu com a proposta e sugeriu que os setores apresentassem estudos específicos para análise da equipe econômica. "Ele disse que o processo de desoneração da folha está indo lentamente, mas que ele deseja chegar nas micro e pequenas empresas", afirmou Wilson Covatti (PP-RS).

Durante o café da manhã, Pimentel discorreu sobre a conjuntura econômica e defendeu a

proteção do mercado doméstico, sem medidas protecionistas, porque o Brasil seria um dos quatro grandes mercados consumidores do mundo atualmente, ao lado da China, Estados Unidos e União Europeia. A diferença, neste caso, é que europeus e norte-americanos ainda não se recuperaram da crise.

Sobre o câmbio, ele afirmou que o governo busca um "equilíbrio delicado" para a cotação do dólar, que permita, ao mesmo tempo, combater a inflação, com a entrada de insumos baratos, e garantir que os produtos manufaturados do País não fiquem excessivamente caros no mercado internacional.

O ministro afirmou ainda que o País precisa recuperar a produtividade do trabalho, mas sem perda de direitos trabalhistas dos empregados, e sim por meio de melhorias de gestão, inovação e modernização produtiva. Ele citou como exemplos de melhoria da produtividade a indústria automobilística. No Brasil, as fábricas investem na compra de máquinas e novos processos industriais. Nos EUA, demitem.

O exemplo de floresta preservada na região

Na discussão sobre preservação do meio ambiente, o Estado do Amazonas exerce um papel de liderança no cenário nacional e internacional. Com uma área superior a vários países europeus juntos (1,5 milhão de quilômetros quadrados), o Amazonas tem 98% de sua área de floresta preservada. Para melhorar ainda mais o cenário, as taxas de desmatamento no Estado vem seguindo a tendência nacional e caindo ano após ano. Mas esse quadro de aparente equilíbrio não significa que os desafios tenham sido todos vencidos.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), entre agosto de 2010 e julho de 2011, a taxa de desmatamento do Brasil foi a menor em 22 anos. No período, o Brasil perdeu 6.238 quilômetros quadrados de floresta.

As reduções também foram sentidas no Amazonas. De acordo com dados da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS), em 2011, houve redução de 11,76% em relação a 2010.

No entanto, os maiores desafios na contenção do desmatamento na Amazônia ainda permanecem os mesmos, com alguns novos agravantes. O principal foco de tensão continua sendo a região conhecida como Arco do Fogo, na divisa do Amazonas com o Mato Grosso e Rondônia. A região sofre com o avanço da agropecuária e com o desmatamento ilegal. Os municípios mais impactados na região são Manicoré, Lábrea e Apuí. Em Manicoré, aliás, as tensões agrárias foram responsáveis pela morte do líder Norberto Delmiro Gomes, assassinado a tiros em novembro do ano passado na localidade conhecida como Santo Antônio do Matupi.

Além das tradicionais zonas de conflito, novas áreas de ten-

Taxa

De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), entre agosto de 2010 e julho de 2011, a taxa de desmatamento do Brasil foi a menor em 22 anos. No período, o Brasil perdeu 6.238 quilômetros quadrados de floresta.

são estão surgindo, desta vez, mais próximas da capital. Com a inauguração da ponte Rio Negro, ligando Manaus ao município de Iranduba, uma nova frente de expansão urbana foi criada. As autoridades têm enfrentado dificuldade em lidar com o avanço dos loteamentos irregulares, mas a SDS, juntamente com o Batalhão Ambiental da Polícia Militar e do

Ipaam, têm feito ações constantes na região para tentar minimizar os impactos.

TRUNFO

Em outubro de 2011, durante a inauguração da ponte Rio Negro, a presidente Dilma Rousseff anunciou a prorrogação da Zona Franca de Manaus por mais mais 50 anos. A notícia foi celebrada por economistas e

ambientalistas que defendem o modelo econômico instalado no Amazonas como sendo um dos responsáveis pela manutenção da preservação da floresta no Estado. Estudos realizados no final da década passada indicam que boa parte do atual estágio de preservação da floresta se deve à Zona Franca de Manaus e ao Polo Industrial de Manaus (PIM) em seus respectivos

momentos históricos.

Hoje, o maior desafio das autoridades locais é encontrar mecanismos que aliem a preservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Com a criação da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), em 2007, projetos nesse sentido e também voltados para a venda de serviços ambientais estão tentando preencher esta lacuna.

Aprovação beneficia polo naval

ANWAR ASSI
Equipe EM TEMPO

Visto como uma das principais apostas de desenvolvimento do Estado, o polo naval recebeu, ontem, um importante estímulo para se consolidar, com a aprovação, por unanimidade, pela Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam), de uma emenda ao Projeto de Lei (PL) 24/2012, que regulamenta a Política de Incentivos Fiscais e Extra-Fiscais do Amazonas.

A medida beneficia dire-

tamente o polo naval com a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na importação de matéria-prima do exterior para a construção de balsas. O setor já goza da isenção do imposto na compra da matéria-prima importada para a construção de embarcações.

Para o Sindicato da Indústria da Construção Naval de Manaus (Sindnaval), o projeto deve alavancar o setor com a atração de novos investimentos. "O polo naval está desorganizado e precisa se

fortalecer para se tornar uma importante fonte de desenvolvimento do Estado", destacou o secretário-executivo do Sindnaval, Almir Oliveira.

Segundo o Sindnaval, o polo no Amazonas é composto por 60 empresas, das quais 18 são informais e empregam em torno de 7 mil pessoas. No ano passado, o setor cresceu 10%. A projeção é de que este ano cresça 15%.

A matéria aguarda agora a sanção do governador Omar Aziz, que já se manifestou outras vezes em favor do fortalecimento do polo naval,

determinando inclusive que a Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan) finalize um estudo para viabilizar o setor.

De acordo com o presidente da Comissão de Finanças Públicas (COFP), deputado Adjuto Afonso, autor da emenda, a nova legislação vai estimular o desenvolvimento do polo naval em conformidade com a política do governo de fortalecer esse setor com o intuito de torná-lo um grande gerador de emprego e renda no Estado.

TAPA-BURACOS

Distrito Industrial recebe recuperação de vias públicas

A Região Metropolitana de Manaus (RMM) iniciou, ontem, um serviço preliminar de recuperação das principais vias do Distrito Industrial (DI), iniciando pela avenida Buriti. A medida visa minimizar o tamanho dos buracos da avenida para melhorar a trafegabilidade dos veículos, segundo informou o secretário da RMM, Renné Levy. De acordo com ele, equipes da região já estão fazendo simultaneamente o levantamento dos custos operacionais que serão investidos para a recuperação das principais

vias de acesso ao distrito, por solicitação do governador Omar Aziz. "Sensibilizado com as inúmeras reclamações dos motoristas, principalmente, devido aos tamanhos dos buracos das ruas do distrito, o governador Omar Aziz determinou que a região metropolitana fizesse um levantamento do que será necessário para recuperar aquelas vias. Enquanto fazemos esse trabalho, homens e máquinas tomam uma medida paliativa. Quando concluirmos a pesquisa, iniciaremos a recuperação daquelas vias", destacou.

Deputados estaduais aprovam pacote de propostas do governo que alteram política de incentivos fiscais

A Assembleia Legislativa do Estado (ALE) aprovou, ontem, por unanimidade, três projetos de lei de autoria do governo, que modificam a política de incentivos fiscais da região.

Dois deles revogam trechos da Lei 3.494/2010, que previa menos impostos sobre a produção de dispositivos de cristal lí-

quido, como as TVs de LCD. Em 2011, o Amazonas deixou de receber R\$ 83 milhões em Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) das fabricantes desses dispositivos.

Os projetos, também, dispõem sobre a redução do imposto sobre a produção de alimentos destinados à merenda

escolar; isenção de ICMS na produção de livros, jornais, periódicos e do papel destinado à produção; mudanças na classe de auditores fiscais (agora o auditor fiscal poderá agir na fiscalização e apreensão de mercadorias; penalidades de multas para transportadoras, entre outros.

Apenas o projeto que dispõe sobre merenda escolar recebeu emenda, que estendeu o benefício para todo o Estado, antes não contemplado na proposta.

Para o relator dos projetos, deputado Adjuto Afonso (PP), as mudanças devem equilibrar o quadro de incentivos, alterados em 2010.

Os projetos tramitavam na Casa, desde o dia 16 de fevereiro e foram analisados conjuntamente pelas comissões de Constituição e Justiça; Finanças Públicas e Serviços Públicos. Apesar de aprovar as propostas, os deputados de oposição reclamaram da falta de discussão sobre as mudanças.

NOTA À SOCIEDADE

No momento que o Governo do Estado comunica à Sociedade Amazense o encaminhamento da solução para recuperação das vias do Distrito Industrial, a direção da SUFRAMA entende ser oportuno prestar esclarecimentos sobre a questão de infraestrutura do Distrito Industrial.

Informamos que esse é um problema real que tem sido tratado de forma prioritária pela direção da SUFRAMA que compartilha com a Sociedade as mesmas preocupações com os danos e inconvenientes causados a pessoas e empresas pelas más condições de trafegabilidade naquela área da cidade, tão vital ao Polo Industrial de Manaus e de inúmeras famílias.

Ocorre, no entanto, que a noção corrente de que a manutenção e recuperação daquelas vias sejam de responsabilidade da SUFRAMA tem sido objeto de contestação de órgãos de controle que entendem que, após a SUFRAMA dotar os lotes de infraestrutura e proceder o registro de loteamento, "passam a integrar o domínio do município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros espaços urbanos". A questão inclusive transbordou para a área judiciária, com imposição de responsabilidade dos gestores, estando ainda sem resolução final.

Por esse aspecto é que a direção da SUFRAMA buscou estabelecer diálogo com representantes do poder público estadual e municipal para construir uma solução que não agudizasse as discussões jurídicas e sim entregasse uma solução efetiva para o problema.

O elevado espírito público do Governador Omar Aziz possibilitou agilizar a solução. Vencida esta etapa -da recuperação imediata - podemos nos deter com mais cautela nas discussões jurídicas no sentido de permitir à SUFRAMA contribuir pela manutenção e revitalização de uma área da cidade crítica para desenvolvimento de nossa economia.

Thomaz A.Q. Nogueira
Superintendente